

## Referências

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2009.

CARVALHO, A. M. P. de. **Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades**: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTO, M. C. da S. **Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo**: implicações para as políticas sociais. São Luiz: 2009. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos\\_OLD/1.%20Mundializa%C3%A7%C3%A3o,%20Estado%20Nacionais%20e%20Pol%C3%ADticas/ESTADO%20E%20NEO%20LIBERALISMO%20NO%20BRASIL%20CONTEMPOR%C3%82NEO%20implica%C3%A7%C3%B5es%20.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/1.%20Mundializa%C3%A7%C3%A3o,%20Estado%20Nacionais%20e%20Pol%C3%ADticas/ESTADO%20E%20NEO%20LIBERALISMO%20NO%20BRASIL%20CONTEMPOR%C3%82NEO%20implica%C3%A7%C3%B5es%20.pdf). Acesso em: 24 ago. 2020.

PEREIRA, P. A. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2009.

OXFAM BRASIL. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras 2018. São Paulo: Brief, 2018. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

A “DESEVENTIZAÇÃO” DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: OFENSIVA DO CONSERVADORISMO EM DEBATE

*Isadora Rech Andrighetti  
Suellen Bezerra Alves Keller*

A Revolução Russa em 1917. O encontro amoroso de Frida Kahlo e Diego Rivera. A aparição da tragédia teatral com Ésquilo. O surgimento, com Marx, da dialética na fundamentação materialista. Qual a relação desses acontecimentos com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979? Ainda que aparentemente desconexos, esses exemplos constituem eventos, nos termos de Badiou (1996), concernentes à política, amor, arte e ciência, respectivamente, quando irromperam com a repetição, a normalidade,

as certezas postas do cotidiano, suplementando novas verdades.

A teoria do evento de Alain Badiou pode se tornar uma chave analítica do que representou o chamado Congresso da Virada no Serviço Social. Mota (2019, p. 168) indica que “O ambiente de transição democrática [...] motivou as/os Assistentes Sociais [...] a engrossar a onda progressista em defesa das liberdades democráticas e da democratização do Estado.”. Esse engajamento nos movimentos de luta pela redemocratização permitiram o questionamento sistemático do Serviço Social tradicional, sendo o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), o cume dessa transição.

Consideramos que o Congresso da Virada foi um verdadeiro *evento* nos termos badiudianos, porque tal evento possibilitou a fidelização de sujeitos que construíram uma nova verdade na profissão: a consolidação de uma direção que nega o conservadorismo e sustenta um projeto ético-político profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Tal projeto se mantém hegemônico até a contemporaneidade, quando a ofensiva do conservadorismo, consubstanciada no governo Bolsonaro, vem trazendo a ameaça de uma “deseventização”, ao penetrar no Serviço Social tanto no âmbito da formação, quanto do exercício profissional.

O artigo que este resumo apresenta possui como objetivo analisar o projeto ético-político do Serviço Social à luz da teoria do evento, considerando a hipótese de “deseventização” do legado do Congresso de Virada de 1979, frente à ascensão do conservadorismo. Como trajetória teórica subsidiária da apreensão do real, utilizou-se o método dialético-crítico para realização do estudo teórico. Justifica-se a importância da discussão diante da mitigação dos padrões democráticos pretendidos para o segundo decênio deste século e a impossibilidade de compreender o Serviço Social como inerte aos processos corrosivos caudatários da ofensiva conservadora, visto que o Golpe de 2016 conformou um possível “evento negativo” (ŽIŽEK, 2014), o qual permitiu que o reacionarismo vigorasse, inclusive, na profissão.

Nos termos de Badiou, o evento é uma “[...] ruptura na disposição normal dos corpos e das linguagens tal como ela existe para uma situação particular [...] ou tal como aparece num mundo particular.” (BADIOU, 2012, p. 72). Significa dizer que um evento não é o desdobramento sequencial da realidade objetiva posta, mas a criação de novas possibilidades que mudam significativamente rumo da história. A partir do evento, há um processo de subjetivação pela fidelidade à mudança proposta, tornando possível o surgimento de uma nova verdade. Representa a possibilidade de materializar o que era tomado como propriamente impossível. Badiou (1996) não está preocupado com a repetição das formas de vida cotidianas, mas com a capacidade que os eventos têm de transformar as verdades até então consolidadas.

O autêntico evento, que significa uma Revolução ou a ruptura com o conservadorismo profissional é, em última instância, positivo, visto que ultrapassa os limites do possível, estabelecendo uma padronização para além do que o estado de situação esperava. Romper com o tradicionalismo no desencadear do Congresso da Virada mudou para sempre cultura profissional do Serviço Social, passando a ter uma direção crítica, ainda que historicamente fosse vinculada ao projeto conservador. Este propugnava reformas dentro da ordem, sendo que assistentes sociais serviam como agentes que reforçariam os mecanismos que, como afirma Netto (2011, p. 77), concebiam “as manifestações da ‘questão social’ como problemas autonomizados, para operar no sentido de promover a psicologização da socialidade e para jogar nos vetores da coesão social pelos condutos da ‘reintegração’ dos acometidos pelas sociopatias”.

No entanto, Frida e Diego não foram eternos sem que houvesse irrupções; a URSS não se sustentou. A nova verdade criada com o processo revolucionário pode retroagir ao antes posto. É possível a deseimentização do acontecimento? No que concerne ao projeto ético-político do Serviço Social, sabemos que a profissão dialeticamente se movimenta e se constitui na e pela realidade social: “a afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições [...] sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos” (NETTO, 2009, p. 145). Dessa forma, o Serviço Social não está imune ao evento negativo que significou o Golpe de 2016, ao se reconhecer que o conservadorismo – em sua heterogeneidade: família, costumes, tortura, ditadura, igrejas etc. – e o liberalismo – em sua síntese mais generalista: o Estado mínimo – são os fundamentos da política que vigora.

## Referências

BADIOU, A. **O ser e o evento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

BADIOU, A. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOTA, A. E. 40 anos da virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios.

*In*: MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (orgs.). **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*:

MOTA, A. E. *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ŽIŽEK, S. **Event**: Philosophy in Transit. London: Penguin Books: 2014.

CAPITALISMO E ALIANÇA CONSERVADORA-NEOLIBERAL: A  
NEGAÇÃO DE DIREITOS COMO RESPOSTA À IDEOLOGIA DA  
CRISE

*Suellen Bezerra Alves Keller*  
*Rene José Keller*

O presente estudo tem como objetivo examinar o processo de supressão de direitos promovido pela aliança conservadora-neoliberal, gestada como resposta à ideologia da crise. Esta deve ser entendida como prática neoliberal de governo, sendo que “Em nome da crise econômica, justifica-se a adoção de medidas drásticas, não por acaso relativas ao cerceamento de direitos da classe trabalhadora, as quais são declaradas como se atendessem ao interesse comum.” (KELLER; KELLER, 2019, p. 61). Falamos em “ideologia da crise” porque ao invés de a crise econômica ser examinada como decorrente do modo de produção capitalista, desloca-se os termos da discussão para esferas política, moral e de gestão.

Não se pode olvidar que um dos elementos centrais à perfectibilização do golpe 2016 foi a anunciada “crise econômica”, que permeava o governo Dilma Rousseff a partir de 2014. Longe de ser discutida a crise como ínsita ao movimento de produção e circulação do capital, os desajustes do âmbito econômico são tratados, ideologicamente, como se fossem resultados da má gestão do Estado. Ainda, a pretensa ineficiência estatal foi associada à corrupção, mais uma vez transferindo os termos da crise para uma pauta moral, como se não dissesse respeito ao capitalismo, e sim exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores (PT).

O golpe institucional de 2016 fez com que o neoliberalismo voltasse a ser plataforma central de governo. Ainda que presente durante os governos petistas (2003-2016), o curto período do governo de Michel Temer foi hábil em acelerar o processo de cerceamento de direitos. Em um par de anos, Temer conseguiu a aprovação da contrarreforma trabalhista, bem como instituiu o teto de gastos públicos primários pela União (Emenda Constitucional nº 95/2016), seguindo as diretrizes da ortodoxia liberal da Escola de Chicago (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2015).

Em concomitância às discussões do *impeachment*, o conservadorismo passou a angariar notoriedade no cenário político à medida que respondia as